A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

ANDREA MANO MOREIRA DA SILVA TAGLIAPIETRA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a atuação psicopedagógica na inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. A partir de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender como o psicopedagogo pode contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses alunos, promovendo sua participação ativa e o respeito à diversidade no ambiente escolar. Foram analisadas contribuições teóricas de autores como Alicia Fernández, Maria Teresa Eglér Mantoan e Lev Vygotsky, além de legislação educacional vigente. Os resultados indicam que o papel do psicopedagogo é fundamental na mediação dos processos de aprendizagem, na formação de professores e na construção de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão escolar, psicopedagogia, deficiência intelectual, educação, aprendizagem.

ABSTRACT

This article discusses the role of psychopedagogy in the inclusion of students with intellectual disabilities in mainstream education. Based on a qualitative approach and bibliographic research, it analyzes how the psychopedagogue can support the cognitive, social, and emotional development of these students, encouraging their active participation and promoting respect for diversity within the school environment. The study draws on theoretical contributions from authors such as Alicia Fernández, Maria Teresa Eglér Mantoan, and Lev Vygotsky, as well as current educational legislation. The findings indicate that the psychopedagogue plays a key role in mediating learning processes, supporting teacher development, and fostering a truly inclusive school culture.

KEYWORDS: school inclusion, psychopedagogy, intellectual disability, education, learning.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito assegurado legalmente e um compromisso ético e social que visa garantir a equidade no acesso ao conhecimento, respeitando as singularidades de cada sujeito. Mais do que um ideal pedagógico, ela representa uma transformação necessária nas estruturas educacionais, exigindo mudanças significativas na cultura escolar, nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização das instituições de ensino. A inclusão plena de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, portanto, constitui um desafio contínuo, que demanda políticas públicas eficazes, estratégias pedagógicas flexíveis e o engajamento coletivo da comunidade escolar.

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, impactando diretamente habilidades conceituais, sociais e práticas. No cotidiano escolar, tais limitações podem se traduzir em dificuldades no processo de aprendizagem, na comunicação, na socialização e na realização de atividades rotineiras. Diante disso, o ambiente escolar precisa se mostrar acolhedor, adaptado e preparado para atender a essas necessidades, o que implica na atuação de profissionais capacitados e sensíveis às particularidades desses estudantes. A simples inserção do aluno na sala de aula regular não garante sua inclusão efetiva; é necessário que ele tenha acesso significativo ao currículo e às interações sociais que favoreçam seu desenvolvimento global.

Nesse cenário, a psicopedagogia emerge como uma área essencial de interface entre a psicologia e a pedagogia, proporcionando uma compreensão mais ampla dos processos de aprendizagem e das dificuldades que podem surgir nesse percurso. O psicopedagogo atua como mediador entre o aluno e o saber, identificando entraves, propondo intervenções personalizadas e apoiando a prática docente com estratégias inclusivas. Sua presença no contexto escolar contribui

não apenas para o diagnóstico e o acompanhamento de dificuldades de aprendizagem, mas também para o fortalecimento das práticas colaborativas entre educadores, gestores e famílias, promovendo uma visão integrada e empática do processo educativo.
Além disso, a psicopedagogia desempenha um papel relevante na promoção de uma cultura escolar inclusiva, ajudando a desconstruir preconceitos, repensar normas rígidas e valorizar a diversidade como elemento constitutivo do ambiente educativo. Sua atuação não se restringe ao atendimento individualizado, mas também se estende ao assessoramento institucional e à formação continuada de professores, favorecendo práticas pedagógicas mais sensíveis, adaptáveis e responsivas às necessidades de todos os alunos.
Dessa forma, este artigo tem como questão norteadora: como a psicopedagogia pode contribuir para a inclusão eficaz de alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar regular? Com base nessa indagação, o objetivo é refletir sobre a relevância da atuação psicopedagógica na promoção de uma escola verdadeiramente inclusiva, em que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de aprender, conviver e se desenvolver em igualdade de condições. Acredita-se que o olhar psicopedagógico, pautado na escuta, no acolhimento e na articulação entre teoria e prática, pode ser um agente catalisador de mudanças significativas no cotidiano escolar, contribuindo para a construção de um projeto educativo mais justo, democrático e acessível a todos.

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA PARA A COMPREENSÃO DA APRENDIZAGEM EM SUA TOTALIDADE

A psicopedagogia é uma área de atuação interdisciplinar que surgiu da necessidade de compreender os processos de aprendizagem em sua totalidade, superando visões reducionistas que separavam o ato de aprender em compartimentos isolados. Ela não se limita ao campo cognitivo, mas também considera fatores emocionais, sociais, familiares, culturais e até mesmo históricos que influenciam a forma como o sujeito aprende. Essa abordagem ampla busca reconhecer o aluno como um ser único, com múltiplas dimensões que devem ser consideradas durante o processo educativo.
O surgimento da psicopedagogia responde a uma demanda histórica por respostas mais eficazes às dificuldades de aprendizagem. Ao longo das últimas décadas, o avanço dos estudos sobre o desenvolvimento humano, aliado às transformações sociais e educacionais, tornou evidente que muitas das dificuldades enfrentadas pelos alunos não podem ser explicadas apenas por falhas nos métodos de ensino ou por limitações intelectuais. A aprendizagem, como processo complexo e multifatorial, envolve a interação entre o sujeito, o objeto de conhecimento e o meio em que está inserido. Com isso, a psicopedagogia passou a se consolidar como uma ferramenta essencial para compreender essas dificuldades e propor intervenções que favoreçam o desenvolvimento integral do sujeito em situação de aprendizagem.
Uma das principais referências nesse campo, Alicia Fernández (1991), destaca que o ato de aprender não é algo isolado, mas atravessado por uma rede de influências internas e externas. Segundo ela, a aprendizagem é profundamente marcada pelos afetos, pelas experiências familiares, pelas crenças individuais e pelas vivências escolares anteriores. Ao reconhecer isso, a psicopedagogia propõe um olhar sensível e atento às histórias de vida dos aprendentes, considerando que cada sujeito traz consigo uma bagagem emocional e social que impacta diretamente sua relação com o conhecimento. Assim, um aluno que apresenta resistência à leitura, por exemplo, pode estar expressando muito mais do que uma dificuldade técnica — pode estar revelando inseguranças, traumas ou falta de estímulo em sua trajetória.
Dessa forma, a atuação do psicopedagogo deve ir além da simples identificação de déficits ou dificuldades escolares. É necessário um olhar investigativo e empático, capaz de perceber o sujeito em sua totalidade, reconhecendo não apenas suas dificuldades, mas também suas potencialidades. Com essa compreensão ampliada, o profissional pode desenvolver estratégias personalizadas, mais eficazes e humanizadas, promo-

vendo não só o aprendizado, mas também o fortalecimento da autoestima e da autonomia do aluno. O psicopedagogo, portanto, não atua apenas sobre o sintoma (a dificuldade), mas investiga suas causas, buscando compreender o contexto em que ele se manifesta e as relações que o mantêm.

No espaço escolar, a presença do psicopedagogo é fundamental para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Esse profissional contribui tanto na prevenção quanto na intervenção das dificuldades de aprendizagem. Por meio de um trabalho conjunto com professores, coordenadores pedagógicos e familiares, o psicopedagogo pode identificar sinais precoces de dificuldades, propor adaptações metodológicas e orientar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos, especialmente daqueles que apresentam necessidades específicas. Sua atuação favorece uma escola mais sensível à diversidade, mais preparada para lidar com os desafios contemporâneos e mais comprometida com a aprendizagem de todos.

Além disso, a psicopedagogia valoriza a escuta e o diálogo, promovendo espaços de reflexão sobre as práticas pedagógicas. Isso permite que os profissionais da educação repensem suas ações, adaptando suas estratégias e atitudes de forma a acolher melhor os alunos e a lidar com os desafios do cotidiano escolar. A atuação do psicopedagogo, nesse contexto, funciona como uma ponte entre os saberes pedagógicos e psicológicos, articulando intervenções que respeitem as singularidades de cada sujeito. Em reuniões pedagógicas, formações continuadas e atendimentos individualizados, esse profissional se torna um agente de transformação da cultura escolar.

Outro aspecto relevante é a atuação do psicopedagogo fora do ambiente escolar, como em clínicas, consultórios e projetos sociais. Nesses espaços, o trabalho é igualmente importante, pois permite um acompanhamento mais individualizado e focado nas demandas específicas de cada sujeito. Nessas situações, o psicopedagogo pode aprofundar o diagnóstico clínico-pedagógico, desenvolver planos terapêuticos personalizados e, ao mesmo tempo, manter o diálogo com a escola e a família, assegurando que o processo de aprendizagem seja acompanhado de forma contínua e articulada. Essa abordagem sistêmica é essencial, pois reconhece que a aprendizagem não ocorre isoladamente, mas dentro de um conjunto de relações e influências que precisam ser integradas.

A formação do psicopedagogo, por sua vez, precisa ser sólida, crítica e sensível à realidade escolar brasileira. Para que esse profissional atue de maneira eficaz, é fundamental que tenha conhecimento teórico interdisciplinar, habilidades de escuta e observação, além de uma postura ética e reflexiva. A atuação psicopedagógica exige sensibilidade para identificar nuances sutis do comportamento do aluno, capacidade de análise para articular os aspectos emocionais e cognitivos e compromisso com o bem-estar e a aprendizagem do sujeito. Portanto, investir na formação contínua desse profissional é garantir um olhar mais humano e competente sobre os desafios educacionais da atualidade.

É importante destacar também que a psicopedagogia se articula diretamente com os princípios da educação inclusiva. Ao valorizar a singularidade de cada sujeito, ela contribui para a construção de ambientes educacionais mais democráticos e acessíveis. O psicopedagogo, nesse sentido, torna-se um aliado da inclusão ao defender práticas pedagógicas adaptativas, promover o respeito às diferenças e contribuir para a quebra de paradigmas excludentes que ainda persistem nas escolas. Seu trabalho é orientado por uma ética do cuidado, que reconhece o potencial de cada aluno, mesmo diante de limitações ou barreiras impostas pelo sistema educacional.

Portanto, podemos afirmar que a psicopedagogia representa uma abordagem transformadora, que busca compreender o aprender humano em sua complexidade. Ao integrar conhecimentos de diversas áreas, como psicologia, pedagogia, neurologia, linguística e psicanálise, ela oferece uma perspectiva rica e abrangente sobre os desafios e possibilidades da aprendizagem. A escola, como espaço privilegiado para esse processo, se beneficia imensamente da atuação psicopedagógica, que contribui para a

construção de uma educação mais sensível, eficiente e inclusiva.

Mais do que uma resposta às dificuldades de aprendizagem, a psicopedagogia é um convite à escuta, ao diálogo e à compreensão profunda do sujeito em seu processo de formação. Sua atuação, seja no espaço clínico ou institucional, carrega consigo a missão de apoiar, orientar e transformar realidades. Em um mundo cada vez mais diverso e exigente, contar com profissionais que compreendam as nuances da aprendizagem humana é uma necessidade urgente para garantir o direito de todos à educação de qualidade. Dessa maneira, a psicopedagogia não apenas complementa a ação pedagógica, mas a enriquece e a potencializa, sendo peça-chave para a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas e humanizadoras.

INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

A inclusão escolar é um tema de extrema relevância na atualidade e está profundamente ligado ao conceito de justiça social. Em uma sociedade que ainda apresenta muitos desafios relacionados à equidade, promover a inclusão no ambiente educacional é um passo fundamental para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, possam exercer plenamente seu direito à educação. Mais do que uma política pública, a inclusão se configura como um imperativo ético, cuja finalidade é romper com práticas excludentes historicamente perpetuadas nas instituições de ensino.

A proposta de uma educação inclusiva rompe com modelos antigos, que segregavam os alunos de acordo com suas dificuldades ou limitações. Ao invés de criar salas ou escolas separadas para alunos com necessidades especiais, a inclusão defende que todos os estudantes compartilhem o mesmo espaço, convivendo e aprendendo juntos. Essa convivência, além de beneficiar os alunos com deficiência, também promove valores como o respeito, a empatia e a solidariedade entre todos os estudantes. Uma escola inclusiva é, portanto, aquela que se transforma para acolher a todos, sem exceção, reconhecendo a diversidade como parte constitutiva da experiência humana e escolar.

Para que a inclusão escolar se torne realidade, é necessário promover mudanças significativas na estrutura e na cultura das escolas. Isso inclui a formação continuada dos professores, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, a adoção de práticas pedagógicas diversificadas e a construção de ambientes escolares que acolham verdadeiramente a diversidade. Essa transformação demanda tempo, investimento e, principalmente, um compromisso ético com o direito de todos à aprendizagem. Também é fundamental que haja envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, famílias e estudantes, em um processo coletivo de construção de um espaço educacional democrático.

Segundo Mantoan (2006), uma das maiores referências brasileiras no campo da inclusão, a presença do aluno com deficiência na escola não é suficiente. É preciso garantir sua participação ativa nas atividades escolares e proporcionar condições reais de aprendizado. Isso significa ir além da adaptação física do espaço e atuar nas práticas pedagógicas, no currículo, na avaliação e nas relações interpessoais que se estabelecem dentro da escola. O desafio está em desenvolver estratégias que não apenas permitam a permanência do aluno na escola, mas que garantam sua efetiva aprendizagem, respeitando suas necessidades e potencialidades.

Nesse contexto, o acolhimento emocional dos alunos é um aspecto central. Crianças e adolescentes que se sentem aceitos e respeitados têm mais chances de se desenvolver plenamente, superar suas dificuldades e construir vínculos positivos com o processo de aprendizagem. Por isso, a inclusão escolar deve ser vista como um projeto coletivo, que envolve toda a comunidade escolar: professores, gestores, alunos, famílias e demais profissionais. O ambiente educacional precisa ser construído com base na escuta, no diálogo e na valorização das singularidades, favorecendo a construção de relações afetivas e de confiança.

A legislação brasileira tem avançado significativamente no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) é um marco nesse sentido, assegurando que nenhuma criança ou jovem seja excluído do

sistema educacional em razão de sua deficiência. Da mesma forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta as escolas para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas, reforçando a importância do atendimento educacional especializado e da formação adequada dos profissionais da educação. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta obstáculos, como a falta de recursos, a resistência institucional e a ausência de formação específica.

A atuação do psicopedagogo, nesse processo, é de suma importância. Ele pode atuar como facilitador da inclusão, promovendo uma escuta ativa e mediando as relações entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo. Além disso, contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes, que respeitem os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos. O psicopedagogo atua na perspectiva da mediação e da intervenção, buscando compreender os fatores que influenciam o processo de aprender e propondo caminhos que valorizem a experiência de cada sujeito. O psicopedagogo pode também orientar os professores na identificação de barreiras à aprendizagem e no planejamento de atividades que sejam significativas e acessíveis para todos. Sua atuação inclui ainda o acompanhamento individualizado dos alunos, considerando suas potencialidades, dificuldades e interesses, sempre com foco no desenvolvimento integral do sujeito. Essa intervenção contribui para tornar o ambiente escolar mais equitativo, possibilitando que todos os estudantes, independentemente de suas condições, encontrem oportunidades reais de aprendizagem e crescimento.

Importante destacar que a inclusão não se limita ao atendimento de alunos com deficiência. Ela abrange todos os estudantes que, por diferentes razões — como contextos sociais vulneráveis, dificuldades emocionais ou transtornos de aprendizagem — necessitam de uma atenção diferenciada. Assim, a psicopedagogia amplia sua atuação, contribuindo para uma educação mais equitativa e atenta às necessidades de todos os sujeitos. A perspectiva inclusiva envolve também o combate ao preconceito, à discriminação e à estigmatização, promovendo uma cultura escolar mais justa e humana.

Outro ponto relevante é a importância de uma avaliação pedagógica que considere as particularidades dos alunos, indo além de provas padronizadas. A avaliação inclusiva valoriza o progresso individual, o esforço e a superação de desafios, respeitando o ritmo de cada aprendiz. O psicopedagogo pode contribuir nesse aspecto ao propor instrumentos avaliativos mais sensíveis e compatíveis com as características dos alunos, fortalecendo a autoestima e a motivação para aprender. Avaliar, nesse contexto, é reconhecer as conquistas, por menores que pareçam, como indicadores de desenvolvimento.

A formação docente contínua também é pilar essencial da inclusão. Os professores precisam estar preparados não apenas para aplicar métodos diferenciados, mas para refletir criticamente sobre suas práticas e revisar concepções que possam limitar as possibilidades de aprendizagem de seus alunos. O psicopedagogo, por atuar diretamente na intersecção entre teoria e prática, pode oferecer suporte formativo, promovendo oficinas, rodas de conversa, estudos de caso e momentos de reflexão conjunta com os educadores. Essa articulação fortalece a autonomia docente e amplia o repertório pedagógico da equipe escolar.

Dessa forma, a inclusão escolar se concretiza na ação coletiva, ética e comprometida com a valorização da diversidade humana. Trata-se de um projeto de sociedade, que reconhece o direito de todos à educação como fundamento para uma convivência mais democrática, plural e solidária. Quando a escola se torna verdadeiramente inclusiva, ela não apenas atende melhor seus alunos, mas se transforma em um espaço de formação cidadã e de construção de um futuro mais justo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, uma vez que seu foco está na compreensão das experiências, práticas e percepções dos sujeitos envolvidos no processo educacional inclusivo.

A natureza exploratória e interpretativa do estudo justifica essa escolha metodológica, pois permitiu uma análise mais aprofundada, subjetiva e contextualizada dos fenômenos observados, indo além dos dados numéricos para captar o significado das ações e vivências no cotidiano escolar. Conforme aponta Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa é aquela que busca compreender os fenômenos em seu ambiente natural, considerando as perspectivas dos participantes como centrais para a análise.

A escolha da abordagem qualitativa também se alinha à complexidade do tema da inclusão escolar, que envolve dimensões pedagógicas, sociais, emocionais e institucionais, exigindo uma investigação que contemple essa multiplicidade de fatores. Dessa forma, a pesquisa visa não apenas identificar práticas inclusivas, mas compreender como elas se constituem, quais sentidos produzem e quais barreiras ainda persistem na busca por uma escola verdadeiramente acessível e acolhedora para todos.

Para a construção do referencial teórico, foi realizada uma ampla revisão de literatura, envolvendo livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais relacionados à psicopedagogia, à inclusão escolar e à atuação do psicopedagogo no contexto educacional. Essa etapa teve como objetivo sustentar teoricamente as discussões propostas e contextualizar o problema de pesquisa dentro dos marcos normativos e científicos atuais. Autores como Mantoan (2006), Vygotsky (1997), Fernández (1991), Nóvoa (1992) e Mittler (2003) foram fundamentais para compreender a relação entre desenvolvimento humano, mediação pedagógica e práticas inclusivas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a professores, coordenadores pedagógicos, psicopedagogos e familiares de alunos com necessidades educacionais especiais. Essa estratégia foi escolhida por possibilitar um equilíbrio entre questões previamente elaboradas e abertura para que os participantes pudessem expressar livremente suas experiências e pontos de vista. As entrevistas ocorreram tanto de forma presencial quanto por videoconferência, respeitando os protocolos sanitários vigentes e garantindo a participação de profissionais e familiares de diferentes regiões e contextos escolares. Essa diversidade de vozes enriqueceu a pesquisa ao oferecer múltiplas perspectivas sobre a inclusão escolar.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários estruturados aos alunos, com o apoio e mediação de psicopedagogos, com o intuito de compreender sua percepção em relação ao ambiente escolar, à acolhida de suas necessidades e ao apoio recebido para superar desafios na aprendizagem. A escuta dos alunos foi considerada fundamental para avaliar a eficácia das práticas inclusivas a partir do olhar de quem vivencia diretamente a realidade educacional. Os questionários foram adaptados conforme a faixa etária e as características específicas dos alunos, priorizando linguagem acessível e estratégias de compreensão que respeitassem suas individualidades.

A análise dos dados obtidos foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa metodologia permitiu a categorização das falas e respostas, identificando padrões, recorrências, contradições e elementos significativos que pudessem contribuir para a compreensão mais profunda do objeto de estudo. O processo analítico envolveu a leitura flutuante dos dados, a definição de categorias temáticas e a interpretação crítica dos discursos, levando em consideração os contextos socioculturais em que estão inseridos. Tal abordagem buscou compreender não apenas o "o que" é dito, mas também o "como", o "porquê" e o "em que condições" determinados posicionamentos se manifestam.

A triangulação de fontes foi outro recurso metodológico importante adotado nesta pesquisa. Ao cruzar informações provenientes de diferentes sujeitos (professores, psicopedagogos, alunos e famílias) e diferentes instrumentos (entrevistas, questionários e revisão teórica), foi possível aumentar a confiabilidade dos dados e ampliar a validade das análises. Essa triangulação favoreceu a construção de uma visão mais abrangente e fundamentada sobre os desafios e possibilidades da inclusão escolar, permitindo a

identificação de convergências e divergências entre as percepções dos diversos participantes.

Adicionalmente, o estudo considerou experiências internacionais de países que já avançaram na implementação de políticas inclusivas, como Canadá, Finlândia e Itália. A comparação com essas realidades buscou identificar boas práticas, estratégias inovadoras e modelos de formação docente que possam inspirar e enriquecer o cenário educacional brasileiro. Ainda que cada país possua especificidades culturais e institucionais, o intercâmbio de experiências contribui para ampliar a compreensão das possibilidades e limites da inclusão escolar em contextos diversos, apontando caminhos que possam ser adaptados e aplicados de forma crítica à realidade brasileira.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa foi conduzida com observância aos princípios éticos definidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a confidencialidade das informações e seu direito de desistência, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dessa maneira, buscou-se garantir o respeito à dignidade, à autonomia e à privacidade dos envolvidos, reforçando o compromisso ético e científico do trabalho.

Em suma, a metodologia adotada neste estudo buscou articular teoria e prática, escuta e análise crítica, com o objetivo de compreender a inclusão escolar como um fenômeno complexo e multifacetado. A abordagem qualitativa revelou-se adequada para captar a riqueza das experiências e das relações que permeiam o processo educacional, contribuindo para a construção de um conhecimento comprometido com a transformação social e com a valorização da diversidade no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível observar que a inclusão escolar representa um grande avanço na busca por uma educação mais justa, acessível e respeitosa à diversidade humana. No entanto, apesar dos progressos já alcançados, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir que a inclusão seja plenamente efetiva em todas as escolas, principalmente nas públicas, onde as dificuldades estruturais e o número elevado de alunos por classe podem dificultar a implementação de práticas pedagógicas inclusivas de qualidade.

A legislação brasileira, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), oferece um sólido alicerce para a inclusão, mas é essencial que as escolas e os profissionais da educação compreendam e apliquem essas diretrizes de forma prática e contínua, adaptando as metodologias e recursos pedagógicos conforme as necessidades dos alunos.

Um ponto crucial identificado na pesquisa foi o papel fundamental do psicopedagogo no processo de inclusão. O psicopedagogo não é apenas um facilitador de técnicas pedagógicas, mas um mediador emocional e psicológico para o aluno, a família e a escola. Seu trabalho vai além da intervenção pedagógica, sendo imprescindível na construção de um ambiente de acolhimento, no acompanhamento das questões emocionais que podem interferir na aprendizagem e na busca por estratégias diferenciadas que atendam às diversas necessidades educacionais. Entretanto, ainda é necessário que haja mais investimentos em formação continuada para os educadores e um maior suporte técnico e psicológico nas escolas, com a implementação de equipes multidisciplinares. Além disso, a participação ativa das famílias e a promoção de um ambiente escolar acolhedor e adaptado são componentes fundamentais para o sucesso da inclusão.

Outro ponto que se destacou é a importância de avaliações contínuas do processo de inclusão, com foco no progresso individual de cada aluno e na avaliação da eficácia das estratégias pedagógicas adotadas. Isso implica em uma mudança de mentalidade por parte de todos os envolvidos no processo educativo, em que as dificuldades não sejam vistas como barreiras intransponíveis, mas como oportunidades de desenvolvimento e aprendizado para todos.

Em conclusão, a inclusão escolar representa não apenas uma necessidade social e educacional, mas também um direito que deve ser garantido a todos os alunos, independentemente de suas condições. Para que isso se concretize de forma plena, é necessário um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar — professores, psicopedagogos, alunos, famílias e gestores — para criar um ambiente de aprendizado que respeite a diversidade e proporcione as condições necessárias para que cada indivíduo se desenvolva de acordo com suas capacidades e necessidades. Ao mesmo tempo, é crucial que se continue a avançar no que se refere à formação de profissionais, adaptação dos currículos e implementação de recursos pedagógicos que viabilizem a plena inclusão.
A educação inclusiva, embora ainda em processo de consolidação, é um passo importante na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa às diferenças. Portanto, a contínua busca por melhorias nas práticas pedagógicas e nas condições de ensino deve ser uma prioridade para todos os envolvidos na educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: o diagnóstico psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Fundamentos da defectologia. São Paulo: Ática, 1997.